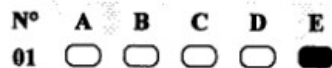


26º PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CADERNO DE QUESTÕES

Prezado(a) candidato(a),

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO, enquanto aguarda o sinal de início da prova:

1. Não manuseie o caderno de prova antes da autorização dada pelo fiscal de sala;
2. O caderno de provas deverá conter 20 (vinte) questões do tipo múltipla escolha e 1 (uma) questão discursiva, distribuídas nas páginas de 2 a 5; havendo qualquer anormalidade, solicite a imediata substituição ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da prova;
3. Só há uma resposta certa por questão objetiva, assinale-a na folha de respostas preenchendo completamente o quadro correspondente à letra escolhida com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Atenção: é preciso preencher por completo conforme o desenho onde, no exemplo, está assinalada a alternativa “E”:



4. Na questão discursiva atenha-se ao número de linhas indicado. O conteúdo que exceder o limite não será, de modo algum, considerado;
5. Utilize caneta de tinta azul ou preta ao preencher a folha de resposta discursiva;
6. Na folha de resposta discursiva não deverá ser feito qualquer sinal fora dos lugares reservados às respostas, qualquer anotação que possibilite identificar o autor da prova ensejará a anulação desta;
7. Não haverá substituição das folhas de respostas;
8. Não será permitido o uso de telefone celular ou qualquer outro aparelho de comunicação, que deverão permanecer desligados durante a prova;
9. Não será permitida consulta a impressos ou equipamentos elétricos ou eletrônicos;
10. Durante a realização das provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal de sala. Nesse período, também não será permitido o empréstimo de qualquer material entre candidatos, mesmo entre os que já tenham terminado as provas.;
11. A prova terá duração de 4 (quatro) horas e ao final do tempo previsto as Folhas de Respostas serão recolhidas, ainda que parcialmente preenchidas. Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação;
12. Será eliminado do concurso o candidato que faltar com o respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou com os demais candidatos, for flagrado utilizando-se de qualquer meio em tentativa de burlar a prova, for responsável por falsa identificação pessoal, ausentar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal ou retirar da sala as Folhas de Respostas;
13. Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe as suas folhas de respostas e deixe o local de provas;
14. O candidato poderá levar o caderno de questões após transcorridas 3h (três horas) do início da prova;
15. Após conferir sua prova e folha de resposta, assine nos locais indicados.

Boa prova!

Escreva seu nome por extenso no campo abaixo:

CANDIDATO(A):	
---------------	--

QUESTÕES OBJETIVAS

Questão 1) Sobre o controle de constitucionalidade, é correto afirmar:

- a) Somente o Procurador-Geral da República pode propor, perante o Supremo Tribunal Federal, a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade.
- b) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- c) Apenas os Juízes Federais precisam se adequar às decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade.
- d) Caso um Governador de Estado entenda que uma lei precisa ser declarada inconstitucional no Supremo Tribunal Federal, deverá representar ao Procurador-Geral da República, para o ajuizamento da ação cabível, pois Governador não é parte legítima para esse tipo de ação.
- e) Podem realizar o controle difuso e concentrado de constitucionalidade todo e qualquer juiz ou tribunal.

Questão 2) Considerando o previsto na Constituição Federal acerca do Ministério Público, é incorreto afirmar que:

- a) O Ministério Público é instituição que faz parte do Poder Executivo, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- c) A ação penal pública é função privativa do Ministério Público.
- d) É função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- e) São princípios institucionais do Ministério Público: a unidade, indivisibilidade e a independência funcional.

Questão 3) Sobre o tema Nacionalidade e Direitos Políticos, é incorreto afirmar:

- a) Somente pode ser Presidente da República o brasileiro nato.
- b) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

c) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos.

d) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

e) Para ser candidato a Prefeito, o cidadão deverá ter a idade mínima de 21 anos.

Questão 4) Sobre o tema Licitações e Contratos Administrativos, é correto afirmar:

a) O prefeito do Município de Alberinda Y pretende comprar merenda para as escolas municipais, com gasto estimado em R\$ 110.000,00. Neste caso, como regra, ele poderá escolher se fará processo licitatório ou contratará uma empresa, por meio de dispensa.

b) No processo licitatório deve-se assegurar tratamento isonômico entre os licitantes.

c) São exemplos de modalidades de licitação: pregão; concorrência; e menor preço.

d) Nas contratações com a Administração Pública, o instrumento de contrato é obrigatório, sendo vedado, sem exceção, o contrato verbal.

e) É prescindível que a Administração Pública confira publicidade ao processo licitatório.

Questão 5) Acerca da Improbidade Administrativa, pode-se afirmar:

a) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa ou culposa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens da Administração Pública.

b) Nem sempre os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

c) Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, o Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil e dispensar o ressarcimento do dano.

d) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa ou culposa que viole, de forma geral, os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade.

e) A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

Questão 6) Sobre o tema Servidores Públicos e Agentes Públicos, não é possível afirmar que:

- a) Considera-se agente público o indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública.
- b) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) Como regra, é possível a acumulação remunerada de cargos públicos, desde que haja aprovação em concurso público.
- d) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;
- e) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

Questão 7) Sobre os princípios do Direito Ambiental, é incorreto afirmar:

- a) O princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado é consequência do princípio da dignidade da pessoa humana, pois cada ser humano só fluirá plenamente de um estado de bem-estar e de equidade se lhe for assegurado o direito fundamental de viver num ambiente ecologicamente equilibrado.
- b) O princípio do poluidor-pagador é um instrumento econômico que exige que o poluidor suporte as despesas de prevenção, reparação e repressão de danos ambientais.
- c) O princípio do protetor-recebedor orienta que as pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela preservação ambiental devem ser agraciadas com benefícios de alguma natureza (sanção premial), havendo uma espécie de compensação pelos serviços ambientais em favor daqueles que atuam na defesa do meio ambiente.
- d) Ao prever que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, a Constituição Federal descreve o princípio da solidariedade.
- e) Conforme a doutrina mais moderna, o Princípio da Proibição de Retrocesso não se aplica ao direito ambiental.

Questão 8) Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça sobre crimes contra as licitações, assinale a alternativa incorreta:

- a) Para a configuração do delito tipificado no artigo 89 da Lei 8.666/1993 (Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade), é indispensável a comprovação do dolo específico do agente em causar dano ao erário, bem como do prejuízo à administração pública.
- b) Em relação ao delito previsto no artigo 90 da Lei 8.666/1993 (Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação), o termo inicial para contagem do prazo prescricional deve ser a data em que o contrato administrativo foi efetivamente assinado.
- c) O crime de fraude à licitação é material, e sua consumação não prescinde da comprovação do prejuízo ou da obtenção de vantagem.
- d) As infrações penais tipificadas na Lei n. 8.666/1993 não são meio necessário ou fase preparatória ou de execução para a prática de crimes de responsabilidade de prefeitos (artigo 1º da Decreto-Lei 201/1976), tratando-se de delitos autônomos e distintos, a tutelar bens jurídicos diversos, não sendo possível a aplicação do princípio da consunção.
- e) É possível o concurso de crimes entre os delitos do artigo 90 (fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório) com o do artigo 96, inciso I (fraudar licitação mediante elevação arbitrária dos preços), da Lei de Licitações, pois tutelam objetos distintos, afastando-se, portanto, o princípio da absorção.

Questão 9) Comerciante num shopping center nobre de Salvador aceitou como pagamento em venda de mercadorias uma cédula de R\$ 3,00 (três reais). A utilização da cédula:

- a) Constitui crime de moeda falsa.
- b) Constitui crime de estelionato.
- c) Constitui crime contra o sistema financeiro.
- d) É crime impossível.
- e) Conduta atípica, em face da irrelevância da lesão ao bem jurídico.

Questão 10) DA, consagrado jogador de futebol da seleção brasileira e do maior clube do Norte/Nordeste, foi condenado em Estado estrangeiro a pena privativa de liberdade superior a 01 (um) ano, por ter cometido crime sexual em território estrangeiro. Após o trânsito em julgado da sentença condenatória, DA refugiou-se no Brasil. Diante dos fatos narrados, assinale a alternativa correta:

- a) A Lei brasileira não é aplicada ao caso em hipótese alguma.
- b) A legislação brasileira, em tese, pode ser aplicada ao caso em face da extraterritorialidade condicionada.
- c) A legislação brasileira se aplica ao caso em face da extraterritorialidade incondicionada.

d) Não há previsão na legislação brasileira da transferência de execução da pena aplicada no estrangeiro.

e) Eventual absolvição de brasileiro no estrangeiro por crime cometido em território estrangeiro em hipótese alguma é relevante para fins de aplicação da legislação brasileira.

Questão 11) Particular, mediante documentação de identidade falsa, obtém empréstimo pessoal de livre utilização na Caixa Econômica Federal. Após o recebimento dos valores, o autor do fato desaparece, sem nunca ter quitado parcela alguma do empréstimo. Pode-se afirmar:

- a) Trata-se de ilícito civil, sem repercussão alguma no âmbito penal.
- b) Trata-se de crime contra o sistema financeiro nacional, cuja competência é atribuída à Justiça Federal.
- c) Trata-se de crime contra o patrimônio, cuja competência para o caso é atribuída à Justiça Estadual.
- d) Trata-se de crime contra o patrimônio, cuja competência para o caso é atribuída à Justiça Federal.
- e) Para a configuração de crime contra o sistema financeiro é imprescindível a participação do gerente da instituição financeira.

Questão 12) Servidor coordenador jurídico de Procuradoria da República pede a um cidadão autor de representação que lhe dê “um presente” para que a representação tenha um trâmite mais célere no setor em que coordena. A conduta, em tese, se enquadra ao tipo penal de:

- a) Corrupção passiva.
- b) Prevaricação.
- c) Tráfico de influência.
- d) Corrupção ativa.
- e) Exploração de prestígio.

Questão 13) Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, são requisitos para a decretação de prisão temporária, exceto:

- a) for imprescindível para as investigações do inquérito policial, constatada a partir de elementos concretos, e não meras conjecturas, vedada a sua utilização como prisão para averiguações, em violação ao direito à não autoincriminação, ou quando fundada no mero fato de o representado não ter residência fixa.
- b) for justificada em fatos novos ou contemporâneos.
- c) houver fundadas razões de autoria ou participação do indiciado em crimes dolosos com pena mínima em abstrato de 04 (quatro) anos.
- d) não for suficiente a imposição de medidas cautelares diversas, previstas no Código de Processo Penal.
- e) for adequada à gravidade concreta do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado.

Questão 14) Sobre o princípio da Paridade de Armas, assinale a alternativa correta:

- a) Não tem aplicação no processo penal brasileiro.
- b) Confunde-se com o princípio do Contraditório.
- c) Aplica-se exclusivamente para a defesa.
- d) A figura do assistente de acusação viola a paridade de armas.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 15) Assinale a alternativa com hipótese na qual não haverá resolução do mérito na decisão judicial no processo civil:

- a) quando for homologado o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção;
- b) quando for decidido, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;
- c) quando for homologada a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção
- d) quando for reconhecida a existência de perempção;
- e) quando for rejeitado o pedido formulado na reconvenção.

Questão 16) Assinale a alternativa que contém um requisito da petição inicial no processo civil:

- a) dispositivo de lei ordinária que fundamenta o pedido;
- b) a denominação da demanda proposta;
- c) o requerimento para a citação do réu;
- d) as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;
- e) o(s) número(s) de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das partes.

Questão 17) De acordo com o Código de Processo Civil, não haverá suspensão do processo:

- a) por convenção das partes;
- b) em decorrência de arguição de impedimento ou de suspeição;
- c) por motivo de força maior;
- d) quando o advogado responsável pelo processo constituir o único patrono da causa e tornar-se pai;
- e) devido à revelia.

Questão 18) A validade do negócio jurídico não requer:

- a) objeto determinado ou determinável;
- b) capacidade postulatória;
- c) forma prescrita ou não defesa em lei;

- d) objeto lícito;
- e) agente capaz.

Questão 19) É nulo o negócio jurídico:

- a) quando o negócio jurídico for simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma;
- b) por dolo, quando este for a sua causa;
- c) quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio;
- d) quando houver coação exercida por terceiro, se dela tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a que aproveite, e esta responderá solidariamente com aquele por perdas e danos;
- e) em decorrência de fraude contra credores.

Questão 20) Não é um direito básico do consumidor:

- a) a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;
- b) efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;
- c) o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;
- d) a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral;
- e) a repactuação de dívidas que tornem o consumidor insolvente.

QUESTÃO DISCURSIVA

Questão discursiva)

Discorra sobre a eficácia das decisões proferidas em ações civis públicas coletivas e a limitação ao território da competência do órgão que proferiu a decisão. Aborde o atual entendimento do STF e STJ sobre a matéria e os principais aspectos abordados nas decisões por esses Tribunais.

Responder em no mínimo 10 e no máximo 20 linhas.

rascunho

rascunho